



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Flávio, residente na cidade de Porto Alegre/RS, adquiriu um Playstation 5 pela internet, na loja "Super Eletrônicos", com sede em Belém/PA. Animado com a compra, que custou R\$ 6.000,00 (seis mil reais), fora o valor do frete para entrega em cinco dias, o consumidor decidiu organizar um torneio de jogos com seus amigos para a noite de sábado, quando esperava estrear o videogame.

O console foi entregue na sexta-feira, dentro do prazo previsto, mas Flávio decidiu esperar até sábado para utilizá-lo. Na noite da estreia, ao ligar o Playstation 5, o aparelho começou a superaquecer e explodiu, causando danos materiais significativos à residência, com prejuízo estimado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Durante o ocorrido, Clara, uma das amigas de Flávio, sugeriu que o problema se tratava de um defeito de fábrica, e que o fabricante seria o responsável pelos danos. Já Nathan, outro amigo, acreditava que a explosão fora causada pela ligação do console (de 110V, conforme indicação na caixa e no anúncio da loja) em uma tomada de 220V, que também estava sobrecarregada com vários outros aparelhos conectados.

Enfurecido, Flávio afirmou que a culpa era exclusivamente da loja que vendeu o console e decidiu contratar um advogado para buscar reparação judicial.

Na semana seguinte, o advogado de Flávio ingressou com uma ação indenizatória na comarca de São Paulo/SP, requerendo:

- I. Danos materiais no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- II. Danos estéticos no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- III. Danos morais no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Em sede de contestação, a loja "Super Eletrônicos" argumentou:

- I. Culpa exclusiva do autor, apontando que o uso incorreto do aparelho em uma voltagem incompatível (220V em vez de 110V) teria causado o incidente, fato corroborado pelas fotos anexadas ao processo.
- II. Incompetência relativa do foro;
- III. Inexistência de danos estéticos e morais, pela ausência de provas;
- IV. Erro no valor da causa, pois os pedidos totalizavam R\$ 400.000,00, mas o valor atribuído à inicial era de apenas R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
- V. Solicitou o pedido de perícia para avaliar o console e confirmar o alegado defeito.

Na fase de saneamento, em decisão, o juiz indeferiu o pedido de perícia, afirmando que o processo estava maduro para julgamento. Sentenciou pela procedência integral da ação, condenando a loja ao pagamento de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a título de indenização.

A sentença foi publicada no Diário de Justiça em 25/11/2024 (segunda-feira).

Na qualidade de advogado(a) da loja “Super Eletrônicos”, não havendo omissão, obscuridade ou contradição, apresente a medida processual cabível no último dia do prazo legal, considerando que não há feriados no período em questão.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Herculano foi até a loja da Samsung no shopping Vista Alegre e adquiriu um s23. Ocorre que, chegando em casa verificou o processador do celular e não gostou, razão pela qual retornou até a loja e disse que gostaria de exercer seu direito de arrependimento de 7 dias. Ocorre que, o gerente negou a troca, dizendo que a loja não trocava o aparelho, tendo em vista a falta de qualquer defeito no produto.

Sobre o caso, responda:

- A) Assiste razão à pretensão pleiteada por Herculano sobre o direito de haver a troca do aparelho? (0,65)
- B) Se houvesse vício no aparelho e após o prazo de trinta dias para o reparo, o celular permanecesse com problema, o que Herculano poderá pleitear? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marina, residente e domiciliada em Brasília, foi até o Banco Engana Bem, situada no centro da capital brasileira e entregou sua joia, a título de penhor para poder solicitar empréstimo. Antes da tradição da joia, o Banco forneceu um contrato para que Marina assinasse, cujas cláusulas em destaque eram as seguintes: I - o objeto será entregue na data de 28 de setembro de 2023; II - a instituição financeira não será responsável pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil; III - O foro elegido pelas partes para que ocorra a discussão jurídica será o de Porto Alegre - RS, havendo a renúncia de qualquer outro mesmo que mais benéfico. Passadas 2 semanas, Marina ficou sabendo que o Banco Engana Bem tinha sido roubado, os ladrões carregaram cerca de R\$1.000.000,00 em dinheiro e mais os objetos dados em penhor, sendo um deles o colar que Marina deixara em garantia.

Assustada, Marina perguntou ao gerente o que seria feito e o que lhe foi dito era que o Banco não poderia fazer nada em razão do fortuito, mas que era obrigação de Marina devolver o valor utilizado em empréstimo, haja vista previsão contratual.

Preocupada com a situação, Marina entra em contato com você.

- A) Assiste razão ao Banco em invocar a cláusula II do contrato para se eximir da responsabilidade, obrigando que Marina restitua o empréstimo? (0,60)
- B) Se Marina ajuizar ação no foro do seu domicílio, o juízo poderá decretar de ofício sua incompetência? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Rogério, uma criança de oito anos de idade, tem demonstrado comportamento isolado na escola, e quando seus colegas tentam se aproximar, ele exibe comportamento agressivo. A equipe escolar ficou preocupada com essa situação e procurou Jonas, o pai de Rogério, para relatar o comportamento da criança. No entanto, ao ver o pai, Rogério disse que não queria falar com ele, pois sentia que Jonas o havia abandonado e não gostava mais dele.

Jonas, preocupado com a situação, procurou um escritório de advocacia para buscar orientação legal. Ele explicou que o divórcio entre ele e sua ex-cônjuge foi conturbado, pois ela não aceitou o fim do relacionamento e havia ameaçado várias vezes tirar a própria vida e a da criança ou não permitir que Jonas se aproximasse do filho. Atualmente, a guarda de Rogério é unilateral em favor da mãe, e ela não permite que Jonas se aproxime do filho. Jonas está interessado em que Rogério receba tratamento psicológico e até pagou por uma psicóloga. No entanto, a mãe se recusou a levar a criança, alegando que ele não precisa de ajuda psicológica, pois não está "louco".

Diante dessa situação, Jonas decidiu entrar com uma ação de modificação da guarda unilateral para a guarda compartilhada com residência fixa em seu domicílio. Seu advogado destacou a urgência da situação com pedido de trâmite prioritário devido aos indícios de alienação parental e anexou documentos de reuniões escolares, bem como relatórios da psicopedagoga da escola como prova. No entanto, ao analisar a petição inicial, o juiz, em uma decisão interlocutória, negou o pedido de trâmite prioritário sob o argumento de que as varas de família já tinham muitos casos prioritários e que essa ação seguiria o fluxo normal das demais. Além disso, o juiz nomeou uma assistente social para realizar um laudo psicológico, pois não havia um psicólogo que atendesse pelo judiciário.

Sobre o caso, responda:

- A) A presente ação deverá ter trâmite prioritário em relação as demais ou assiste razão no argumento do juiz? (0,65)
- B) O laudo psicológico poderá ser feito pela assistente social na falta de psicólogo especializado? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Joelma é mãe de Joaquim e Joana, ambos maiores e plenamente capazes. Ultimamente, Joelma anda passando por cuidados médicos intensos, devido à presença de uma doença rara que está afetando gravemente sua saúde. Faz cerca de 6 meses que ela não sai do hospital. Certo dia, durante uma de suas consultas, recebeu uma notificação informando que um de seus imóveis em Florianópolis havia sido vendido. Preocupada com a situação, visto que não havia realizado qualquer negócio jurídico nos últimos meses, Joelma consulta sua equipe responsável pela administração de seus bens e descobre que Joaquim é quem vendeu o imóvel a terceiro.

Ao questionar o motivo pelo qual o filho fez isso, ele respondeu que vendeu o imóvel, alegando que eventualmente seria dele de qualquer maneira e, precisando de dinheiro naquele momento, aproveitou para realizar a venda.

Sobre o caso, responda:

A) A venda realizada por Joaquim é válida? (0,65)

B) Qual é o foro competente para que seja ajuizada ação para discutir litígio envolvendo o imóvel? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

